



## **Al-Yahudu: os arquivos do exílio babilônico**

Al-Yahudu: the Archives of the Babylonian Exile

**Marcelo Rede\***

Universidade de São Paulo (USP) | São Paulo, Brasil

mrede@usp.br

**Resumo:** Documentos cuneiformes provenientes de Al-Yahudu permitem reconsiderar a vida material e as condições sociais das comunidades judaítas exiladas na Babilônia entre a conquista do Reino de Judá por Nabucodonosor II e a época persa. Os contratos revelam, igualmente, alguns elementos interessantes das formulações e negociações identitárias, culturais e religiosas, em um ambiente multiétnico e multicultural. O quadro difere consideravelmente daquele dos relatos bíblicos.

**Palavras-chave:** Exílio babilônico. Judaítas. Al-Yahudu

**Abstract:** The cuneiform documents from Al-Yahudu enable us to reconsider the material life and social conditions of Judah communities exiled in Babylon between the conquest of the Kingdom of Judah by Nebuchadnezzar II and the Persian period. The contracts also reveal some interesting elements of identity, cultural and religious formulations and negotiations in a multiethnic and multicultural environment. The new picture provided by the documents differs considerably from that of the biblical narratives.

**Keywords:** Babylonian Exile. Judeans. Al-Yahudu

As narrativas bíblicas são lacônicas acerca da permanência dos judaítas na Babilônia. Os Livros de Reis terminam sua descrição da história política dos Reinos de Israel e de Judá com os ataques de Nabucodonosor II, a conquista de Jerusalém e a destruição do Templo de Yahweh, as levas de deportações, a instalação de um governador em Judá e seu assassinato, dedicando apenas algumas linhas finais à situação do rei Jeconias (Yekonya), aprisionado na corte babilônica. As Crônicas avançam no tempo, mencionando sumariamente a escolha de Ciro, rei da Pérsia, como restaurador do Templo e sua permissão para o retorno dos exilados. São relatos centrados na elite, sobretudo dinástica. O cotidiano da massa de deportados é praticamente ausente. Do mesmo modo, embora parte da literatura profética seja ambientada na Babilônia, poucas referências são feitas à vida comum. Em Ezequiel, a narrativa situa o profeta entre os exilados e sua audiência é o povo, mas o foco são os desvios cometidos por Israel e Judá, sua punição por Yahweh, as imprecações contra os falsos profetas e a idolatria, os oráculos contra os inimigos, bem como as visões de redenção e

---

\* Professor do Departamento de História na Universidade de São Paulo.



restauração. Já o livro de Jeremias concentra seu cenário nos tumultuados tempos que antecedem à conquista babilônica, condenando, igualmente os erros de Israel, que vê se repetirem em Judá. Jeremias nos fornece as poucas referências bíblicas que temos sobre a diversidade da população deportada (Jr 52), e o capítulo que dedica à sua correspondência com os exilados na Babilônia (Jr 29) traz um elemento inabitual, pois o profeta incita a população a retomar sua vida normal, casar, plantar, gerar filhos, esperando o cumprimento da palavra divina de libertação (Jr 29: 5 em diante). Contudo, rapidamente, o profeta retorna à retórica teológica e ao universo da corte em Judá.

Os livros de Ezra e Neemias promovem um salto cronológico para a época Persa, tratando, sobretudo, das condições do retorno, dos problemas da reinstalação na terra de origem, da reconstrução da Cidade de Jerusalém e do Templo, da reorganização social, administrativa e cultural. Por fim, se o Livro de Daniel remete ao exílio, sua natureza e sua composição tardia, no período helenístico, fazem do palácio babilônico um cenário imaginário, projetado (ou melhor, retroprojetado) para uma narrativa de sucesso de um judeu junto ao rei estrangeiro, reproduzindo um motivo literário bem conhecido. Do mesmo modo, no livro de Ester, a corte continua sendo, mas agora em Susa da época persa, o enquadramento da ascensão extraordinária de Mardoqueu, um de tantos deportados nos tempos de Nabucodonosor, permitindo evitar um massacre dos judeus.

Essas e outras referências esparsas dos textos bíblicos<sup>1</sup> perfazem uma imagem esmaecida e parcial da permanência da população judaíta na Babilônia. A primazia é dada à construção de um discurso teológico negativo do cativo. Num primeiro olhar, as lacunas de informação sobre a vida ordinária durante o exílio são paradoxais se levarmos em consideração que a experiência e a memória cultural da *golah* moldaram algumas das concepções teológicas e políticas que alimentam grande parte das narrativas bíblicas, suas visões do passado e sua função como um mecanismo identitário coletivo, que proporcionou as ferramentas para a comunidade fazer face ao trauma do desenraizamento territorial, da destruição do local central do culto e da derrocada da dinastia davídica.<sup>2</sup> É preciso considerar, porém, que a noção literária de exílio não se confunde com um tempo histórico preciso, nem se pretende descritiva da vida social do grupo em terras estrangeiras. O aparente vazio de informações é, por assim dizer, programático, pois permite pôr em evidência a suspensão da história de Yahweh com seu povo.<sup>3</sup> O exílio bíblico não é o exílio dos deportados comuns, que

---

<sup>1</sup> Por exemplo, o 'canto do exilado', no Salmo 137, do qual nos chegou a famosa sentença: "À beira dos canais de Babilônia, nos sentamos e choramos" (Tradução: *Bíblia de Jerusalém*).

<sup>2</sup> Para o papel do exílio na chamada '*História Deuteronomística*', ver, dentre uma vasta literatura, RÖMER, 2007. Para as narrativas bíblicas como literatura de trauma, ver recentemente CARR, 2014.

<sup>3</sup> Ver ALBERTZ, 2012, p. 33.



reconstruíram suas vidas como agricultores ou mercadores na Babilônia. Por outro lado, as ausências mencionadas não são uma exclusividade da Bíblia, pois, em todo o Próximo-Oriente antigo, os escritos, em particular os literários (como as epopeias e os mitos, mas também inscrições reais, anais etc.), operam clivagens semelhantes: a invisibilidade ou o anonimato atingem os grupos deslocados, as camadas baixas das cidades, a população rural ou as mulheres. A situação só se altera quando os chamados 'documentos da prática' sobrevivem (contratos, listas de pessoas, registros de processos, correspondência etc.). É o caso excepcional da Mesopotâmia, em que a quase totalidade desse tipo de registro usou como suporte tabletes de argila que, ao contrário do pergaminho ou do papiro, resistiram melhor ao tempo.

A presença de membros da família real judaíta na Babilônia já havia sido atestada por tabletes encontrados nas primeiras escavações alemãs no final do século XIX. Documentos administrativos do palácio meridional de Nabucodonosor II listam a distribuição de rações de grãos e óleo de sésamo, inclusive a Jeconias, formalmente nomeado como "rei de Judá" (LUGAL *shá kuria-a-hu-du*) - embora nesse momento Sedecias governasse em Judá, como vassalo dos babilônios -, e cinco de seus filhos<sup>4</sup>. A prática de abrigar dinastias vencidas e seus descendentes não é incomum no antigo Oriente-Próximo, e as informações contábeis coincidem, portanto, com o relato de 2 Reis: 24, 8 ss. e 25: 27 ss. (embora uma "anistia" ao rei de Judá não seja confirmada).

Por muito tempo, as únicas notícias consistentes acerca da presença judaíta na Babilônia vieram dos arquivos da família Murashu, da cidade de Nippur, datados dos reinados de Artaxerxes I (465-424 a.C.) e de Dario II (423-405 a.C.).<sup>5</sup> Nos numerosos contratos dos negócios da família (registrados em mais de 700 tabletes), pessoas portanto nomes hebraicos, muitos yahwísticos, aparecem, sobretudo, em posições secundárias, como testemunhas das diversas transações e, em raros casos, tendo um papel menor nas negociações. Assim, entre a chegada dos exilados na Babilônia e os arquivos de Murashu, persistia uma lacuna documental de mais de um século.

Esse quadro foi completamente alterado com a recente identificação e publicação, ainda parcial, de mais de duas centenas de tabletes cuneiformes, em grande parte provenientes de uma localidade nomeada Al-Yahudu (URU *ia-a-hu-du*, com variantes ortográficas), literalmente "vila de Judá".<sup>6</sup> Uma atestação dos primeiros anos do

---

<sup>4</sup> WEIDNER, 1939. As listas de distribuição de produtos incluem pessoas vindas do Egito, Tiro, Média, bem como outras famílias régias, de Askelon e, provavelmente, da Lídia. São lugares que correspondem às campanhas de Nabopolassar e de Nabuconosor II, particularmente no Levante (ver nota 7). Nomes yahwistas aparecem nas listas, como Shalam-Yama, Qana-Yama ou Samak-Yama. Ver: ALSTOLA, 2018, p. 59 e seguintes. Para os grupos não judaítas, ver: ZADOK, 2018.

<sup>5</sup> STOLPER, 1985.

<sup>6</sup> O *corpus* documental encontra-se disperso em várias coleções, na maior parte privadas, mas também no Museu da Diáspora, em Tel-Aviv. A primeira – e por ora única – grande edição



assentamento, Alu sha Yahudaya (URU shá<sup>14</sup> *ia-a-hu-du-a-a*) “vila dos Judeus”), mostra que a localidade foi designada a partir de um grupo étnico, de onde o uso do gentílico típico em acadiano.<sup>7</sup> São tabletes em argila, com inscrições em cuneiforme e em língua babilônica, que seguem um formulário típico e registram transações corriqueiras: arrendamento de campos agrícolas para a plantação de grãos e pomares de tamareiras; alugueis de casas, bois e trabalhadores; empréstimos em produtos ou prata; entregas de grãos de variados tipos (trigo, cevada, sésamo), tâmaras, madeira, fibras e folhagens de tamareira; recolhimento de taxas e registros de serviços; produção de cerveja, além de poucos registros de sociedades comerciais, casamento e de repartição de herança.

Como nos demais contratos babilônicos da época, as datas são registradas com precisão, uma vez que os intervalos de tempo são partes cruciais das transações. O primeiro contrato data do dia 20 do mês de Nisannu do 33º ano do reinado de Nabucodonosor, ou seja, 572 a.C, somente quinze anos após a destruição de Jerusalém e do Templo em 587 a.C.<sup>8</sup> As últimas negociações são registradas no ano 477 a.C, 9º ano do reinado de Xerxes, rei da Pérsia. Por um período de quase um século, as genealogias de algumas famílias identificadas mostram a sucessão de quatro gerações de judaítas que presenciaram a passagem do Império Babilônico para o domínio persa.

Por outro lado, a localização geográfica desses assentamentos não pode ser determinada com exatidão.<sup>9</sup> Al-Yahudu não é a única localidade citada. Algumas são

---

unificada corresponde aos 103 tabletes da Coleção David Sofer, no volume 28 da série CUSAS (Cornell University Studies in Assyriology and Sumerology) por Laurie Pearce e Cornelia Wunsch (PEARCE; WUNSCH, 2014). A publicação de um lote de proporção semelhante, pertencente a Martin Schoyen, está sendo preparada por Cornelia Wunsch (o material foi usado em MAGDALENE; WUNSCH, 2011 e ALSTOLA, 2018). Outros textos, sobretudo da Coleção Shlomo Moussaieff, foram publicados esparsamente, inclusive os que identificaram pela primeira vez personagens e lugares presentes nos arquivos (JOANNÈS; LEMAIRE, 1996; ver, também: ABRAHAM, 2005-2006, 2007 e LAMBERT, 2007).

<sup>7</sup> O termo Al-Yahudu aparece designando Jerusalém em uma crônica babilônica que narra a derrota de Jeconias face a Nabucodonosor II, em 597 a.C. (GLASSNER, 1993, p. 200) e, excepcionalmente, em 2 Crônicas: 25, 28, designando o local de sepultamento do rei Amasias, de Judá. No caso do assentamento babilônico, a evolução do gentílico para o topônimo pode indicar, como notou PEARCE, 2015: p. 15, uma assimilação da nova população deportada como residentes *de facto*, na percepção dos babilônios.

<sup>8</sup> Um tablete cujo ano não é registrado explicitamente (CUSAS, 28, 2) pode ser anterior (PEARCE; WUNSCH, 2014, p. 100). A ausência de contratos não afasta a possibilidade de a fundação de Al-Yahudu estar associada às primeiras levas da deportação, a partir de 597 a.C., mas pode também indicar que o entrosamento judaíta no universo econômico local demorou alguns anos antes de gerar transações registradas formalmente.

<sup>9</sup> A procedência desconhecida das coleções nos priva de informações arqueológicas que, em outros casos, têm sido importantes para renovar o debate, por exemplo, acerca dos aspectos materiais da devastação de Judá ou da dimensão demográfica das deportações (FAUST, 2012; FINKELSTEIN, 2016; BARSTAD, 2008, p. 111).



nomeadas a partir de indivíduos, como Al-sha-Nashar (Vila de Nashar), também referida como Bît Nashar (Casa de Nashar), e Bît-Abî-râm (Casa de Abî-râm = Abraão), para citar os mais importantes. Elementos de toponímia apontam, porém, para o sudeste da capital Babilônia, e mesmo para além de Kish e Nippur, em direção ao rio Tigre. Essa região, delimitada ao Sul pelas zonas pantanosas, é conhecida por ter sido palco de enfrentamentos devastadores entre assírios e babilônios (e, mesmo antes, das guerras da Assíria contra o Elam). Os reis babilônicos empreenderam aí uma revitalização agrícola, organizando os campos e os trabalhos de irrigação, ao mesmo tempo em que estimulavam a retomada das atividades econômicas e culturais dos templos. Os reis persas deram continuidade à mesma política e não é uma coincidência que o horizonte geográfico dos arquivos de Murashu seja, grosso modo, o mesmo. Se estamos certos quanto à localização proposta, a região ganha uma importância suplementar na época Aquemênida, pois é a passagem de várias rotas entre a Pérsia e a Babilônia.

Os documentos cuneiformes da comunidade judaíta exilada dizem respeito a realidades que lhes são contemporâneas. Os relatos bíblicos do cativo babilônico são construções posteriores, fortemente marcadas por concepções teológicas e orientadas por projetos políticos relativos ao retorno (que não são, aliás, unívocos).<sup>10</sup> Essas qualidades não implicam uma superioridade natural dos tabletas cuneiformes, pois o potencial heurístico somente pode ser estabelecido em função de uma problemática; é ela que orientará e mostrará limites e possibilidades da inserção das fontes na operação historiográfica. Em todo caso, os novos documentos de Al-Yahudu oferecem um potencial triplo, pelo menos: suprem uma lacuna de informações de quase um século; deslocam o foco da elite, da corte e da realeza para a população ordinária; por fim, permitem ampliar o leque de questões historiográficas, sobretudo as concernentes à vida socioeconômica.

A formação de uma comunidade judaíta (concentrada, mas não homogênea, como veremos) não é fato isolado: o mesmo *modus operandi* de assentamentos caracterizou populações originárias de outros horizontes geográficos, como Gezer, e étnicos, como os árabes, por exemplo. É o resultado das práticas de deslocamento das populações própria do Império Babilônico, que se distinguem muito daquelas adotadas pelos assírios. O Império Assírio privilegiou as deportações cruzadas, ou seja, a transferência de populações conquistadas para a própria Assíria ou para outras regiões submetidas e, em sentido contrário, o povoamento destas com gente de outras localidades. O sistema permitia manter operacionais as estruturas produtivas das terras incorporadas ao domínio imperial e, ao mesmo tempo, promovia uma quebra das identidades políticas e étnicas locais, em benefício de uma noção multiétnica de império.<sup>11</sup> O caso mais conhecido é, evidentemente, o do Reino do Norte, Israel, conquistado pelos

---

<sup>10</sup> Ver: BECKING, 2009.

<sup>11</sup> LIVERANI, 2017, p. 192.



assírios em 721 a.C. A dispersão própria desse sistema encontra eco em 2 Reis, 17: após a queda de Samaria, israelitas são enviados para a Assíria, na localidade de Hala (certamente, nas vizinhanças de Dur-Sharruqin), para as margens do Habur (afluente do Eufrates), na região de Gozã (Guzana), na Síria, e para cidades não nomeadas dos medos (Kishesim e Harhar seriam boas candidatas). Já na direção oposta, são enviadas para Samaria gentes da Babilônia, de Cuta, de Ava (localidade não identificada nas fontes assírias), de Emat (Hamat, no Orontes, cuja população havia se rebelado contra os assírios) e de Sefarvaim, muito provavelmente, as cidades gêmeas de Sippar.<sup>12</sup> O mito das “dez tribos perdidas de Israel” encontra aqui a sua origem. Sucessora imperial dos assírios, a Babilônia praticou um modelo de deportação diferente, unidirecional, que conservava a unidade dos grupos populacionais, deslocando-os, sobretudo, para regiões da própria Babilônia a serem repovoadas, tornando-se produtivas e tributárias do palácio.<sup>13</sup> Al-Yahudu é um exemplo típico, resultante da conquista de Judá por Nabucodonosor II, em 597-587 a.C.

Os contratos de Al-Yahudu continuam sendo firmados para além do ano 2 de Xerxes (484 a.C.). O dado é significativo, pois este foi o ano em que setores da sociedade babilônica tentaram uma revolta contra a dominação persa, desencadeando uma reação rápida vitoriosa da parte de Xerxes. O momento coincide com o término abrupto e bastante generalizado de muitos arquivos babilônicos.<sup>14</sup> As posições são divergentes, mas um quadro detalhado e coerente do processo foi apresentado por Caroline Waerzeggers.<sup>15</sup> A autora nota que, no Norte, em regiões como Borsippa e na própria Babilônia, os arquivos interrompidos estavam associados a famílias da elite urbana, particularmente ligadas aos templos, detentoras hereditárias de prebendas, que remontavam ao período de independência babilônica, e que exerciam funções administrativas e cultuais. Eram grupos dominantes tradicionais, que vinham preservando suas posições e mesmo aumentando sua importância durante os governos persas, mas que aderiram à insurgência autóctone e sofreram as consequências, inclusive em seus negócios. Por outro lado, ainda no Norte, os arquivos de diversas famílias que não foram afetadas mostram claramente estratos sociais mais modestos nos inícios do reinado de Xerxes e cuja vida econômica estava em sintonia, e mesmo dependência, com os conquistadores persas. A situação no Sul, que nos interessa particularmente, foi bem diversa, pois os arquivos não foram afetados, registrando uma continuidade da atividade econômica, inclusive das elites ligadas aos templos e aos governos locais, integrados então no sistema provincial persa. A razão da diferença é que o Sul não participou da rebelião contra os persas. A descrição de Waerzeggers sugere, então, que o impacto negativo da sublevação recaiu sobre as

---

<sup>12</sup> Ver: RADNER, 2018, p. 105.

<sup>13</sup> LIVERANI, 2017, p. 192.

<sup>14</sup> Desde os anos 1990, o fenômeno do “fim dos arquivos” babilônicos é amplamente debatido; ver: JOANNÈS, 1995.

<sup>15</sup> WAERZEGGERS, 2003-2004, 2018.



elites pró-babilônicas, preservando grupos que se mantiveram fiéis aos persas. Neste caso, seria possível propor que, no Sudeste da Babilônia, a comunidade judaíta de Al-Yahudu procurou preservar sua posição social e econômica consolidada sob os reis persas e forjou sua estratégia política concreta a partir da mesma dualidade que se tornaria um forte motivo ideológico subjacente à produção das narrativas bíblicas exílicas e pós-exílicas: a repulsa à Babilônia e a consideração da realeza persa como instrumento da salvação divina. Subsidiariamente, pode-se cogitar que, longe dos centros urbanos, mais atingidos pelos embates, a vida cotidiana em regiões rurais foi menos afetada e as comunidades locais, em particular de estrangeiros assentados, puderam evitar um envolvimento mais direto nos eventos políticos e terminaram por se beneficiar da manutenção do *status quo* da dominação persa.

As realidades cotidianas documentadas pelos arquivos de Al-Yahudu afastam-se significativamente da construção memorial negativa de parte dos textos bíblicos. Contrastam também com a vida de corte da família real e dos dignitários aprisionados no palácio da capital. Como em outros casos, e seguindo um sistema de “enfeudamento” já consolidado,<sup>16</sup> a parcela majoritária dos deportados ordinários foi instalada em terras irrigáveis sob controle da coroa e, rapidamente, reorganizou sua vida material e social cultivando tamareiras e, sobretudo, campos agrícolas. O pagamento de tributo e a prestação de serviços, militares ou não, por cada família que recebera um lote de terra eram elementos inerentes à nova condição, mas estão longe de serem os únicos. Paralelamente, os judaítas organizaram suas próprias atividades, adaptando-se a uma agricultura e a um sistema de irrigação fluvial completamente distintos das culturas arbustivas que conheciam na Palestina, negociando mercadorias, fazendo empréstimos, sub-allocando seus lotes em troca de pagamentos, vendendo ou alugando bois para aragem, associando-se e casando-se entre eles, com outros deportados e com babilônios, reorganizando seus cultos e festividades.<sup>17</sup> A lógica do sistema palaciano priorizava o recebimento dos tributos ao mesmo tempo que

---

<sup>16</sup> A concessão de terras palacianas (ou de templos) a servidores e outros indivíduos ou grupos em troca de parte da produção e/ou trabalho conheceu variantes na Mesopotâmia desde o IIIº milênio a.C. até o período Neo-Babilônico (ver: VAN DRIEL, 2002, p. 226; JURSA, 2010, p. 198, 645), sofrendo poucas alterações após a conquista persa (ver: JOANNÈS, 2006; JURSA, 2011 e JURSA, 2015, p. 379).

<sup>17</sup> A produção textual devia ser um fenômeno principalmente urbano, sobretudo se pensarmos em escritos em hebraico que comporão a Bíblia e que vieram à luz durante o exílio. No ambiente rural de Al-Yahudu, os judaítas se utilizaram, via escribas babilônicos (a julgar pelos seus nomes registrados nos contratos), da escrita cuneiforme e da língua acadiana, por vezes dominadas precariamente, como denota a baixa qualidade de certos textos. Alguns tabletes preservam curtas anotações em aramaico, que permitiam aos judaítas identificar sumariamente seu conteúdo e serviam de etiqueta de arquivamento. De resto, o aramaico impunha-se cada vez mais no uso cotidiano, o que torna possível que outros documentos tenham sido registrados em pergaminhos, mas não sobreviveram.



permitia, de modo bastante amplo, que as comunidades assentadas constituíssem redes locais de contatos. Certamente, as estruturas anteriores – baseadas no parentesco ou em laços e lideranças grupais – foram parcialmente transferidas e aproveitadas como base no novo cenário. A nomeação de vários vilarejos da região a partir do nome de um indivíduo judaíta (Vila de Tub-Yama; Vila de Abi-ram) sinaliza, certamente, um processo de integração em vias de se consolidar. A trajetória de muitas famílias mostra que, com o tempo, há um reforço de sua posição econômica e status social, inclusive com a ocupação de postos fundamentais na administração palaciana local, como responsáveis pelas corveias e pelo recolhimento de taxas (*dekû*) e mesmo como chefes de vilarejo (como Shalam-Yama, Yama-izri e outros).<sup>18</sup> Em escala mais reduzida e num ambiente rural, a ascensão de famílias judaítas de Al-Yahudu reproduz o processo vivenciado por grupos tipicamente babilônicos da mesma época baseados na capital, como os Egibi.<sup>19</sup> Dalit Rom-Shiloni tem razão ao ponderar que a raridade de contratos nos primeiros anos do exílio pode refletir dificuldades e que, por vezes, os próprios negócios podem ser mais um sinal de necessidade, e mesmo endividamento, do que sucesso de inserção socioeconômica.<sup>20</sup> Entretanto, a análise diacrônica das atividades das famílias judaítas de Al-Yahudu e vizinhança parece apontar em sentido contrário. Em todo caso, a integração de que falamos aqui não significa somente sucesso nos negócios, mas também a possibilidade de acionar conexões para enfrentar tempos difíceis.

O rearranjo da vida material e social dos judaítas no exílio não deve ser visto com espanto. Como ocorreu com várias outras populações, o grupo de deportados não se diluiu em uma massa escravizada uniforme cuja existência resumia-se a trabalhos forçados e a uma produção inteiramente apropriada pelos conquistadores. Uma tal situação exigiria mecanismos coercitivos de controle direto e contínuo que jamais existiram na Babilônia. A regra em todo o antigo Oriente-Próximo é que populações conquistadas se tornem escravas. O princípio, porém, não dá conta de toda a complexidade da situação, particularmente no caso de grandes grupos populacionais deslocados à força. Homens, mulheres e crianças podem, de fato, ser vendidos imediatamente após a derrota. O mecanismo permite “monetizar” um butim humano, transformando-o em riqueza facilmente transportável. Outros podem ser transferidos para a terra do conquistador e igualmente mercantilizados. Uma quantidade de prisioneiros era oferecida como recompensa a guerreiros, a membros da elite palaciana, aos templos e nada impede que, em algum momento, fossem inseridos num

---

<sup>18</sup> MAGDALANE; WUNSCH, 2011, p. 117.

<sup>19</sup> Apesar de identificações apressadas feitas nos finais do século XIX (mas que ainda permanecem), não há relações entre a família Egibi e judaítas exilados. Os grandes arquivos (mais de 2000 tabletas), que se estendem por cinco gerações, mostram uma clara evolução patrimonial e na densidade das atividades econômicas do grupo, de modestos associados em negócios de terceiros a grandes empreendedores (WUNSCH, 2010)

<sup>20</sup> ROM-SHILONI, 2017.





circuito comercial. São situações que correspondem bem à noção de escravo-mercadoria. No entanto, as massas de deportados que ficavam sob jurisdição do palácio e eram assentadas coletivamente em suas terras formavam uma categoria muito distinta, que não pode ser enquadrada – jurídica, econômica ou socialmente – no conceito de escravidão.

Na literatura exílica e pós-exílica, a escravidão funciona como um tropo que alimenta a visão da condição miserável e das provações a que o povo de Judá foi submetido. As narrativas evocam a analogia com o modelo ancestral do cativo dos hebreus no Egito e de sua superação através do êxodo. Os arquivos de Al-Yahudu aportam alguns elementos importantes para reconsiderar a questão da escravidão generalizada entre os deportados e seus descendentes, reforçando uma apreciação mais nuançada, já presente em estudos anteriores baseados em outros documentos cuneiformes, em especial as sólidas contribuições Muhammad Dandamaev.<sup>21</sup> Em geral, o estatuto socioeconômico dos exilados comuns aproxima-se daquele de numerosas categorias de pessoas dependentes, omnipresentes no decorrer de toda a história mesopotâmica e que são vinculadas, sobretudo, aos templos e aos palácios. Seu status situa-se entre a escravidão e a plena liberdade.<sup>22</sup>

Essa condição é frequentemente designada pelo título *shushanu*. O termo parece designar originalmente homens responsáveis pelo adestramento de cavalos (assírio: *susanu*) e, mais tarde, responsáveis pelos equinos dos templos. Seu uso se amplia indicando pessoas livres, algumas de alto estrato, que servem ao palácio, mas, na transição para o período persa, é genericamente usado para indicar trabalhadores dependentes vinculados às terras reais, controlados por supervisores do palácio e submetidos ao pagamento de tributos e à prestação de serviços<sup>23</sup>. Para marcar as diferenças, é significativo que as cláusulas de garantia dos contratos de compra e venda de escravos explicitem que a pessoa negociada não é um homem livre (*mar banî*), um escravo do palácio (*arad sharri*) ou um *shushanu*, situações que comprometeriam a legalidade da operação.<sup>24</sup>

Com a implantação dos deportados, o palácio não buscou apenas explorar economicamente uma região de modo mais imediato. O sistema implicava a criação e reprodução de agrupamentos, antes estrangeiros, em território babilônico, numa perspectiva de longo termo. Os judaítas adaptaram-se – inicialmente à força – a esse cenário, mas também aproveitaram suas frestas para recriar uma vida comunitária, ao

<sup>21</sup> DANDAMAEV, 2009 [1984]: *passim* e p. 652; também: DANDAMAEV, 1992.

<sup>22</sup> Ver, sobretudo: MAGDALENE; WUNSCH, 2011. Também: BERLEJUNG, 2017, p. 23 e BARSTAD, 2008, 130.

<sup>23</sup> O estudo mais completo é o de Yigal Bloch, que argumenta com boas evidências que os *shushanu* de Al-Yahudu ainda eram solicitados para o cuidado de cavalos de uso militar (BLOCH, 2017, p. 99, 109).

<sup>24</sup> BLOCH, 2017, p. 92.



mesmo tempo própria e em contínua interação com o meio diversificado em que se encontravam. Angelika Berlejung propôs uma análise densa e perspicaz, além de teoricamente bem fundada, da situação.<sup>25</sup> De uma perspectiva da '*sociologia do desastre*', inspirada sobretudo nos estudos de Elke M. Geenen, a autora defende que as estratégias dos grupos exilados visavam dar resposta à vulnerabilidade aguda, decorrente de um grande revés (*Katastrophe*), criando condições para gerir a crise e superá-la (*Katastrophenmanagement / Katastrophenbewältigung*).

Para os judaítas, a deportação significou uma perda severa das várias dimensões de seu *capital*, individual e coletivo, no sentido que Pierre Bourdieu atribui ao termo e que Berlejung e Geenen retomam: perda do *capital econômico*, das terras, imóveis e gado deixados para trás, bem como de toda riqueza móvel confiscada pelos vencedores; perda do *capital cultural*, da capacidade de manter e reproduzir formações e habilidades, das condições para internalizar e socializar conhecimentos, ao que se acrescenta todo tipo de capital cultural objetificado, textos, imagens, artesanato ou arte; perda do *capital social*, com a desestruturação de seus grupos de interação e de suas conexões interpessoais; perda, enfim, do *capital simbólico*, com a pulverização dos valores reconhecidos socialmente e traduzíveis em prestígio ou reputação.<sup>26</sup> A condição inicial do exílio requer o acionamento de dispositivos imediatos de resiliência, que permitam, ao menos, a sobrevivência do grupo enquanto tal. No entanto, não é uma situação permanente e os momentos seguintes permitem a construção de relações mais estáveis em um quadro de referências muito diverso. Não se parte do zero, porém: as conexões do passado, razoavelmente mantidas quando populações são transferidas em bloco, fornecem uma base, que precisa ser reforçada e complementada. Quanto a isso, outra noção evocada por Berlejung e Geenen, a *insularização* (*Insulation*), implica não o fechamento do grupo social sobre si próprio (mesmo se, num primeiro momento, essa seja uma tendência), mas a reconfiguração de uma rede de contatos, proteção e possibilidades em conjunto com outros grupos, babilônicos ou não, resultando em uma comunidade multicultural e multiétnica de solidariedade e interesses.<sup>27</sup>

Apesar da natureza predominantemente econômica da documentação contratual de Al-Yahudu, dois elementos permitem hipóteses interessantes sobre questões relativas à identidade cultural e os contatos entre grupos etnicamente diversificados: os casamentos mistos e a atribuição de nomes próprios pelas famílias.

Além da associação nos negócios, os casamentos ditos mistos operam de modo eficiente a aliança entre grupos distintos. Infelizmente, as informações de Al-Yahudu

---

<sup>25</sup> Para o que segue, ver a alentada discussão conceitual da autora (BERLEJUNG, 2012, bem como o capítulo de Elke M. Geenen no mesmo volume: GEENEN, 2012). Para a aplicação dessas perspectivas teórico-metodológicas ao caso de Al-Yahudu, ver: BERLEJUNG, 2017.

<sup>26</sup> BERLEJUNG, 2017, p. 19. Também ver: GEENEN, 2012, 46.

<sup>27</sup> BERLEJUNG, 2017, p. 21, 30 e GEENEN, 2012, p. 53.



são escassas. Um contrato de casamento, publicado por Kathleen Abraham, oferece, porém, algumas pistas.<sup>28</sup> O noivo é um babilônio de nome Nabû-ban-ahi que desposa uma judaíta, Nannaya-kanat, filha de uma mulher chamada Dibbî, provavelmente viúva; o nome do pai da noiva não aparece no contrato, que é testemunhado por várias pessoas, algumas portando nomes aramaicos e mesmo yahwistas. O que é interessante, como mostra a autora, é que o casamento se passa segundo a tradição legal babilônica, mas dois elementos sugerem adaptações exógenas: em primeiro lugar, a transferência do presente nupcial – normalmente oferecido pela família do noivo à família da noiva – para a filha, na forma de uma provisão dotal (ou seja, um dote indireto); em segundo lugar, ao contrário da regra dos contratos babilônicos, a fórmula de divórcio pelo futuro marido não está vinculada a um novo casamento (portanto, um divórcio por simples declaração: “*ela não é (mais) minha esposa*”). A particularidade é reforçada pelo fato de que esses desvios da norma se repetem (não necessariamente juntos) em contratos de casamento envolvendo estrangeiros, egípcios instalados em Susa, por exemplo, ou em documentos na colônia judaica de Elefantina no Egito (embora sejam rarissimamente atestados também entre babilônios de Sippar).<sup>29</sup> A ocorrência, por ora única em Al-Yahudu, não permite generalizações, mas pode indicar que, em um ambiente multicultural, os costumes e as práticas de parentesco passem por um processo de negociação entre as partes, conduzindo a arranjos híbridos de “casamentos etnicamente marcados”, para usar a expressão de Abraham.

Os nomes próprios<sup>30</sup> podem, igualmente, oferecer indicações sobre pertencimento étnico e mesmo filiações culturais, embora seja preciso cuidado na manipulação dos dados onomásticos.<sup>31</sup> Nem sempre um nome tipicamente babilônico designa um babilônio (Zorobabel, um dos condutores do retorno e reconstrutor do Templo, dito de descendência davídica, não podia ter um nome mais ‘nacional’: “*semente da Babilônia*”) e nem sempre um nome yahwista (por vezes de difícil identificação, devido ao uso corrente de hipocorísticos, formas abreviadas: Bana-Yama>Bania), pertence a um adorador de Yahweh. Por outro lado, como Yahweh não faz parte de nenhum outro panteão conhecido, a adoção de um nome yahwista sugere fortemente, senão a prática cultural, ao menos o pertencimento à comunidade judaíta, permitindo, num processo de integração, conservar marcadores de identidade. Já nomes como

---

<sup>28</sup> Trata-se de um tablete da coleção de Shlomo Moussaieff (ABRAHAM, 2005-2006), cujo estudo foi retomado posteriormente pela autora, com novas interpretações (ABRAHAM, 2015).

<sup>29</sup> ABRAHAM, 2015.

<sup>30</sup> Na onomástica semítica, os nomes próprios são geralmente compostos por pequenas sentenças, nominais ou verbais, frequentemente teofóricas (portando o nome de uma divindade), por exemplo: Nabucodonosor = Nabu-kudurri-usur = “*Nabû, protege meu herdeiro/primogênito*”.

<sup>31</sup> Cautelas metodológicas são apontadas por PEARCE, 2015 e PEARCE; WUNSCH (2017, p. 33), que fornecem um estudo detalhado da onomástica de Al-Yahudu.



Shabbataya ou Haggai mostram um apreço pelas festividades religiosas judaicas. Em todo caso, certas tendências podem ser notadas, como uma presença considerável de nomes yahwistas em Al-Yahudu (140 de 400 nomes, ou seja 35%), ao passo que, nas vilas vizinhas essa proporção cai abaixo de 5% (o mesmo ocorrendo nos arquivos de Murashu, em Nippur: 3%).<sup>32</sup>

Nomes podem ser de marcadores de identidade, mas, ao mesmo tempo, servem de vetores de negociações interessantemente sutis, que permitem ao indivíduo transitar mais facilmente na fronteira entre dois grupos. Um judaíta que atua emprestando grãos e prata é um caso mais do que curioso<sup>33</sup>: em dois contratos conhecidos, ele é registrado como credor, sob um nome tipicamente babilônico, Bel-sharra-usur. Nome que denota, aliás, uma reverência regaliana, própria dos servidores palacianos (*'Beamtennamen'*, no linguajar dos especialistas): “*Bel proteja o rei*”, Bel sendo não menos do que Marduk, divindade principal do panteão babilônico.<sup>34</sup> Num terceiro documento, porém, o mesmo indivíduo (o contexto prosopográfico não deixa dúvidas) porta um nome yahwista, Yahu-shar-usur, “*Yahu/Yahweh proteja o rei*”. É possível que a intercambialidade tenha a ver, como sugere a hipótese de Pearce, com o trânsito do indivíduo entre a comunidade judaíta, a que ele pertence, e a ocupação de posições na administração local babilônica<sup>35</sup> ou que decorra de circunstâncias (religiosas?) desconhecidas para nós. Ela não é, contudo, aleatória e incita a pensar na capacidade de agência dos indivíduos para negociar sua identidade em um contexto de diversidade étnica e cultural, para além da ideia de uma aculturação passiva unidirecional (ou, no plano religioso, de simples sincretismo entre divindades).<sup>36</sup>

A relevância e a abrangência das estratégias de adaptação material, social e cultural dos judaítas na Babilônia não parecem amparar, ao contrário, o juízo de alguns autores sobre a excepcionalidade de sua não assimilação e a manutenção de uma identidade separada.<sup>37</sup> Se evitarmos uma visão simplista e, sobretudo, retroprojetada, será preciso reconhecer uma experiência exílica mais multifacetada. Isso não impede a consideração de particularidades do processo, especialmente o que marcou a porção

---

<sup>32</sup> PEARCE, 2015, p. 18.

<sup>33</sup> Tratado em PEARCE, 2015, p. 24.

<sup>34</sup> Homônimo, portanto, do Belshazzar (Baltazar) do Livro de Daniel.

<sup>35</sup> PEARCE, 2015, p. 26.

<sup>36</sup> O fenômeno não é restrito a Al-Yahudu: em Sippar, por volta de 560 a.C., a família Arih, formada por mercadores judaítas adota, com o passar das gerações, nomes teofóricos babilônicos num esforço de integração que tem a ver com seus negócios com o templo de Shamash e com atuação de alguns de seus membros como mercadores do rei (*tamkar-sharri*). Noutro sentido, vemos cortesãos de Susa, uma das residências reais persas, adotarem para si e para seus filhos nomes que, embora acadianos, preservam referências explícitas a Yahweh (Yahu-sharra-usur) ou a elementos culturais judaicos (Shabbataya = “*aquele do shabat*”); para ambos os casos, cf. BLOCH, 2014; para a família de Arih de Sippar, cf. ALSTOLA, 2017, p. 29.

<sup>37</sup> ZADOK, 2018, p. 128.



da comunidade judaíta que esteve à margem do movimento de retorno, cuja existência é, em si mesma, um fator de diversidade, pois obriga a questionar a miragem discursiva de um retorno em massa à Palestina<sup>38</sup>. Os assentados em Al-Yahudu, bem como, ainda mais tarde, os judaítas que se envolveram nos negócios da família Murashu, representam uma alternativa que foge ao ideal político-teológico que predomina nos textos bíblicos: são grupos que, por diversos motivos, restaram nas planícies do Eufrates e do Tigre, mesmo após a conquista persa e a possibilidade de repatriamento. Os retornados tiveram de enfrentar a tensão gerada pela volta a terras que nunca haviam sido realmente esvaziadas e cuja população não compartilhava necessariamente das mesmas concepções daqueles que passaram pela experiência da *golah*. Os que permaneceram na Babilônia tinham outras preocupações e interesses: as opções de integração socioeconômica e os dispositivos identitários, culturais e religiosos que forjaram nas situações cotidianas moldaram, pouco a pouco, as bases da existência das comunidades judaicas na diáspora dos séculos seguintes, num quadro cambiante de sucessivas hegemonias: persa, helenística e romana.

## Referências

ABRAHAM, Kathleen. West Semitic and Judean brides in cuneiform sources from the sixth century BCE: new evidence from a marriage contract from Al-Yahudu. *Archiv für Orientforschung*, n. 51, p. 198-219, 2005-2006.

ABRAHAM, Kathleen. Negotiating marriage in multicultural Babylonia: an example from the Judean community in Al-Yahudu. In: STÖKL, Jonathan; WAERZEGGERS, Caroline (Ed.). *Exile and Return. The Babylonian context*. Berlin-Boston: De Gruyter, 2015. p. 34-57.

ALBERTZ, Reiner. More and less than a myth: reality and significance of exile for the political, social, and religious history of Judah. In: AHN, John J.; MIDDLEMAS, Jill (Org.). *By the irrigation canals of Babylon: approaches to the study of the exile*. London-New York: T&T Clark, 2012. p. 20-33.

ALSTOLA, Tero Esko. Judeans merchants in Babylonia and their participation in long-distance trade. *Welt des Orients*, n. 47, 2017. p. 25-51.

ALSTOLA, Tero Esko. *Judeans in Babylonia. A study of deportees in the sixty and fifth centuries BCE*. Tese de Doutorado. Universidade de Leiden, 2018.

BARSTAD, Hans M. *History and the Hebrew Bible*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008.

BECKING, Bob. 'We all returned as one!': critical notes on the myth of the mass return. In: LIPSCHITS, Oded & OEMING, Manfred (Org.). *Judah and the Judeans in the Persian period*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2006. p. 3-18.

---

<sup>38</sup> BECKING, 2006.



- BECKING, Bob. In *Babylon: the exile as historical (re)construction*. In: BECKING, Bob *et alii* (Org.). *From Babylon to eternity*. London: Equinox, 2009. p. 4-33.
- BERLEJUNG, Angelika. Katastrophen und Katastrophenbewältigung im Alten Israel/Palästina, in Ägypten und im Alten Orient. In: BERLEJUNG, Angelika (Org.). *Katastrophen und ihre Bewältigung*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2012.
- BERLEJUNG, Angelika. New life, new skills, and new friends in exile: the loss and rise of capitals of the Judeans in Babylonia. In: FINKELSTEIN, Israel *et alii* (Org.). *Alphabets, texts and artefacts in the ancient Near East. Studies Presented to Benjamin Sass*. Paris: Van Dieren, 2017. p. 12-46.
- BLOCH, Yigal. Judeans in Sippar and Susa during the first century of the Babylonian Exile: assimilation and perseverance under Neo-Babylonian and Achaemenid Rule. *Journal of Ancient Near Eastern History*, 2014, 1(2), p. 119-172.
- BLOCH, Yigal. From horse trainers to dependent workers: the *shushanu* class in the Late Babylonian Period, with a special focus on Al-Yahudu tablets. *Kaskal. Rivista di Storia, ambienti e culture del Vicino Oriente Antico*, n. 14, p. 91-118, 2017.
- CARR, David M. *Holy resilience. The Bible's traumatic origins*. New Haven: Yale University Press, 2014.
- DANDAMAEV, Muhammad A. Slavery. In: Freedman, D. N. *Anchor Bible Dictionary*. Vol. 6. New York: Doubleday, 1992. p. 58-65.
- DANDAMAEV, Muhammad A. *Slavery in Babylonia*. Illinois: Northern Illinois University Press, 2009 [1984].
- FAUST, Avraham. *Judah in the Neo-Babylonian Period: the archaeology of desolation*. Atlanta: SBL, 2012.
- FINKELSTEIN, Israel. Jerusalem and Judah, 600-200 BCE. In: DUBOVSKY, Peter *et alii* (Org.). *The fall of Jerusalem and the rise of the Torah*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2016. p. 3-18.
- GEENEN, Elke M. Gesellschaftliche Verfüugung über Kapitalien und Vulnerabilität in konzeptioneller Perspektive. In: BERLEJUNG, Angelika. *Katastrophen und Katastrophenbewältigung im Alten Israel/Palästina, in Ägypten und im Alten Orient*. In: BERLEJUNG, Angelika (Org.). *Katastrophen und ihre Bewältigung*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2012. p. 41-65.
- GLASSNER, Jean-Jacques. *Chroniques mésopotamiennes*. Paris: Les Belles Lettres, 1993.
- JOANNÈS, Francis. Les phénomènes de fin d'archives en Mésopotamie. *Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale*, n. 89, p. 1-2; p. 139-147, 1995.
- JOANNÈS, Francis. La fiscalité de la Babylonie achéménide. In: PERNA, Massimo (Org.). *Fiscality in Mycenaean and Near Eastern Archives*. Paris: De Boccard, 2006.



JOANNÈS, Francis; LEMAIRE, André. Contrats babyloniens d'époque achéménide du Bît-Abî Râm avec une épigraphie araméenne. *Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale*, n. 90, p. 41-60, 1996.

JURSA, Michael. Aspects of the economic history of Babylonia in the first millennium BC. Münster: Ugarit-Verlag, 2010.

JURSA, Michael. Taxation and service obligations in Babylonia from Nebuchadnezzar to Darius and the evidence for Darius' tax reform. In: ROLLINGER, Robert *et alii* (Org.). *Herodot und das Persische Weltreich*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2011. p. 431-448.

JURSA, Michael. Labor in Babylonia in the first millennium BC. In: STEIKELLER, Piotr & HUDSON, Michael (Org.). *Labor in the ancient world*. Dresden: ISLET Verlag, 2015. p. 345-396.

LIVERANI, Mario. Assyria. *The imperial mission*. Winona Lake, Indiana: Eisenbrauns, 2017.

MAGDALENE, Rachel; WUNSCH, Cornelia. Slavery between Judah and Babylon: the exilic experience. In: CULBERTSON, Laura (Org.). *Slaves and households in the Near East*. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2011, p. 113-134.

PEARCE, Laurie E. Identifying Judeans and Judean identity in the Babylonian evidence. In: STÖKL, Jonathan; WAERZEGGERS, Caroline (Ed.). *Exile and Return. The Babylonian context*. Berlin-Boston: De Gruyter, 2015. p. 7-32.

PEARCE, Laurie E. Cuneiform sources for Judeans in Babylonia in the Neo-Babylonian and Achaemenid periods: an overview. *Religion Compass*, n. 10/9, p. 230-243. 2016.

PEARCE, Laurie E.; WUNSCH, Cornelia. *Documents of Judean exiles and West Semites in Babylonia in the collection of David Sofer*. CUSAS, 28. Bethesda: CDL Press, 2014.

RADNER, Karen. The "Lost tribes of Israel" in the context of the resettlement programme of the Assyrian Empire. In: HASEGAWA, Shuichi *et alii* (Org.). *The last days of the Kingdom of Israel*. Berlin-Boston: Walter de Gruyter, 2019. p. 101-123.

RÖMER, Thomas C. *The so-called Deuteronomistic History*. A sociological, historical and literary introduction. London-New York: T&T Clark, 2007.

ROM-SHILONI, Dalit. The untold stories: Al-Yahudu *and* or *versus* Hebrew Bible Babylonian compositions. *Welt des Orient*, n. 47/1, p. 124-34, 2017.

STOLPER, M. W. Entrepreneurs and empire. *The Murashû archive, the Murashû firm, and the Persian rule in Babylonia*. Istanbul: Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut, 1985.

VAN DRIEL, Govert. *Elusive silver. In search of a role for a market in an agrarian environment*. Leiden, Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut, 2002.



WAERZEGGERS, Caroline. The Babylonian revolts against Xerxes and the 'end of archives'. *Archiv für Orientforschung*, n. 50, p. 150-173, 2003-2004.

WAERZEGGERS, Caroline. Locating contact in the Babylonian Exile: some reflections on tracing Judean-Babylonian encounters in cuneiform texts. In: GABBAY, Uri & SECUNDA, Shai (Org.). *Encounters by the rivers of Babylon*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2014. p. 131-145.

WAERZEGGERS, Caroline. The network of resistance: archives and political action in Babylon before 484 BCE. In: WAERZEGGERS, Caroline; SEIRE, Maarja (org.), *Xerxes and Babylonia: The Cuneiform Evidence*. Leuven: Peeters, 2018. p. 89-133.

WEIDNER, Ernst Friedrich. Jojachin König von Juda in babylonischen Keilschrifttexten. *Mélanges Syriens offerts à Monsieur René Dussaud par ses amis et élèves*. v. 2. Paris: Geuthner, p. 923-935, 1939.

WUNSCH, Cornelia. Neo-Babylonian Entrepreneurs. In: LANDES, David S. *et alii* (Org.). *The invention of enterprise*. Princeton: Princeton University Press, 2010. p. 40-61.

WUNSCH, Cornelia. Glimpses on the lives of deportees in rural Babylonia. In: BERLEJUNG, Angelika; STRECK, Michael P. (Org.). *Arameans, Chaldeans, and Arabs in Babylonia and Palestine in the First Millennium B.C.* Leipziger Altorientalische Studien, 3. Wiesbaden: Harrassowitz, 2013.

ZADOK, Ran. People from countries West and North of Babylonia in Babylon during of reign of Nebuchadnezzar II. *Hebrew Bible and Ancient Israel*, n. 7, p. 112-129, 2018.

-----

Recebido em: 20/09/2019.

Aprovado em: 20/10/2019.